

AValiação E ACREDITAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: INTERFACES COM O SISTEMA BRASILEIRO

Ms. Daniela Côco  0000-0003-4340-0242
Eliana Tavares Pereira  0000-0002-7355-7964
Dra. Talita Moreira de Oliveira  0000-0002-7494-5221
Dr. Livio Amaral  0000-0002-4732-5502
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO: Este artigo focaliza as características das políticas de acreditação e avaliação da pós-graduação na América Latina, atentando para interfaces com a política brasileira. Objetivando contribuir na produção de reflexões sobre as tendências no desenvolvimento das políticas avaliativas da pós-graduação na América Latina, estudou-se os países Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e México. Com as análises dos processos avaliativos constatou-se que, em relação ao caráter de compulsoriedade, ocorre uma distribuição entre países, com um grupo em que a avaliação é obrigatória e outro voluntária. No que tange à parametrização, as

variáveis mais comuns são a atenção ao corpo docente e ao corpo discente, e as escalas avaliativas se distribuem entre indicadores quantitativos e qualitativos. Quanto ao processo, contata-se a condução por pares acadêmicos de reconhecida competência, tendo, em quase todos os países, uma etapa de autoavaliação. Relativo à periodicidade, ocorre uma diferenciação nos países, captando intervalos entre 3 e 10 anos. No conjunto, os diversos modelos avaliativos analisados buscam atestar a qualidade e fomentar um processo contínuo de melhorias dos programas de pós-graduação.

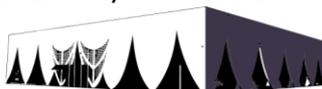
PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; Pós-graduação; América Latina.

POSTGRADUATE EVALUATION AND ACCREDITATION IN LATIN AMERICA: INTERFACES WITH THE BRAZILIAN SYSTEM

ABSTRACT: This article focuses on the characteristics of postgraduate accreditation and evaluation policies in Latin America, focusing on interfaces with Brazilian politics. In order to contribute to the production of reflections on the trends in the development of postgraduate evaluation policies in Latin America, the countries Argentina, Brazil, Colombia, Costa Rica and Mexico were studied. The analysis of the evaluation processes shows that, in relation to the compulsory nature, there is a distribution among countries, with one group in which the evaluation is mandatory and another

voluntary. Regarding parameterization, the most common variables are attention to faculty and students, and the assessment scales are distributed between quantitative and qualitative indicators. Regarding the process, it is contacted the conduct by academic peers of recognized competence, having, in almost all countries, a self-assessment stage. Regarding the periodicity, there is a differentiation in countries, capturing intervals between 3 and 10 years. Taken together, the various evaluation models analyzed seek to attest to quality and foster a continuous process of improvement of postgraduate programs.

KEYWORDS: Evaluation; Postgraduate studies; Latin America.



1 INTRODUÇÃO

No mundo – cada vez mais globalizado, marcado por reconfigurações geopolíticas e cindido por disputas econômicas –, se afirma a ideia de que a produção de riquezas está atrelada à geração de conhecimento (DIAS SOBRINHO e DIAS, 2006). Nesse contexto, na América Latina, as Universidades constituem-se, comumente, como o principal reduto de construção do saber, implicadas com a produção da maioria das inovações que proporcionam o desenvolvimento científico e tecnológico. Como isso, são importantes agentes econômicos na promoção de meios para que os países latinos se posicionem na geopolítica mundial como também exportadores de conhecimento e não apenas receptores (AGUILAR, 2015).

No sistema universitário, os programas de pós-graduação ganham destaque como indutores de pesquisas científicas e tecnológicas, uma vez que se constituem como responsáveis pela formação de docentes e investigadores de alto nível, contribuindo para o crescimento científico, no mercado público e privado. Exercem, portanto, papel tático na evolução das universidades e da sociedade (ARGENTINA, 1998).

Na atenção às Universidades e seus programas de pós-graduação como instrumentos estratégicos de desenvolvimento científico e social, os países formam suas políticas de avaliação. Na correlação entre as políticas de avaliação e o reconhecimento institucional, observa-se que quanto mais próximas de critérios considerados garantidores de qualidade, como otimização de recursos e alta produção de conhecimento, mais valoradas são as instituições (DIAS SOBRINHO e DIAS, 2006).

Neste quadro de destaque para o fomento da qualidade da pós-graduação, este trabalho objetiva cotejar sistemas de avaliação da pós-graduação na América Latina, por meio de observação comparativa de seus processos, buscando captar contrastes e similaridades. Nesse propósito, este artigo está organizado de modo



a apresentar sinteticamente os referenciais tomados para conceituar avaliação em articulação com metodologia desenvolvida para cotejar as políticas de avaliação nos países pesquisados, a contextualizar a pós-graduação na América Latina e a focalizar a dinâmica de desenvolvimento da avaliação. Com isso, é possível evidenciar as peculiaridades dos vários modelos avaliativos pesquisados, que convergem na finalidade de fomentar melhorias e atestar a qualidade dos programas de pós-graduação.

2 CONCEITUAÇÃO DE AVALIAÇÃO E METODOLOGIA DO ESTUDO

Ao estudar os sistemas de avaliação da pós-graduação na América Latina, cabe inicialmente assinalar para um campo semântico que integra dois termos: **avaliação e acreditação**. O termo acreditação não é comumente usado no Brasil, mas seu significado é similar ao da palavra certificação (JÚNIOR e CATANI, 2009). A Rede Ibero-americana para a acreditação da qualidade da educação superior (RIACES), define em seu glossário internacional acreditação como: “Processo para garantir a qualidade de uma instituição ou de um programa educativo” (RIACES, 2017, p. 8). Segundo Dias Sobrinho (2006), há diferenças entre acreditação e avaliação: “O foco central da acreditação é o controle da garantia da qualidade. Por sua vez, a avaliação se associa mais à lógica de melhoramento acadêmico” (DIAS SOBRINHO, 2006, p. 286 *apud* BARREYRO e LAGORIA, 2010).

Para Lamarra (2007), os termos avaliação e acreditação estão relacionados, apesar de serem distintos. Toda acreditação dependeria de uma prévia avaliação, mas nem toda avaliação teria fins de acreditação (LAMARRA, 2007 *apud* BARREYRO e LAGORIA, 2010). Dias Sobrinho (2008), considera que avaliação e acreditação quase sempre estão associadas. Porém a palavra acreditação teria maior destaque na maioria dos países, em virtude do seu sentido regulatório (DIAS SOBRINHO, 2008).



A partir desse referencial, é possível afirmar que, ambos os processos denominados acreditação ou avaliação da pós-graduação, na América Latina usualmente tem objetivos semelhantes, dirigidos à garantia de padrões mínimos de qualidade dos programas. Com isso, esse campo semântico ganha também uma associação com a ideia de qualidade.

Neste caso, ao abordar o conceito de qualidade, ressalta-se que não há um consenso sobre sua definição. Davox (2007) enfatiza que em educação, a palavra qualidade permite múltiplos sentidos, podendo ser usada para um sistema que permita bom domínio de conteúdo, aquisição de cultura científica ou literária, desenvolvimento de capacidades técnicas ou para referenciar à eficiência, à eficácia e à efetividade de uma instituição (DAVOX, 2007). Ainda que nos limites de um artigo não se tenha espaço para detalhamentos, cabe indicar a composição de um vasto campo de estudos, abarcando conceituação, indicadores e dimensões associadas, indicando que a qualidade social da educação é um debate em aberto (TEDESCO e REBELATTO, 2015). Nessa complexidade, dado o escopo de focalização deste estudo, seleciona-se o conceito do glossário da RIACES, instituição especializada em processos de acreditação, que aponta para o

Grau em que um conjunto de características diferenciadoras inerentes ao ensino superior cumpre com uma necessidade ou expectativa estabelecida. Em uma definição simples, refere-se ao funcionamento exemplar de uma instituição de ensino superior. Instituição ou programa que atenda aos padrões previamente estabelecidos por uma agência ou organismo de acreditação (RIACES, 2017, p. 15).

Com essa conceituação, busca-se cotejar algumas características das políticas de avaliação da pós-graduação, recortando o contexto da América Latina, com atenção a possíveis interfaces com a política brasileira. No desenvolvimento da metodologia do estudo, por meio de análise comparativa, estudou-se os países Argentina, Colômbia, Costa Rica e México. Estes países foram escolhidos em função de possuírem políticas educacionais voltadas à melhoria da qualidade da pós-graduação consolidada. Assim, este estudo



caracteriza-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, com adoção da técnica de análise documental para a apreensão dos dados. A pertinência dessa técnica, reside no fato de ser, comumente, utilizada na verificação e acesso a fontes de informação, voltada a desenvolver novos conhecimentos, gerar diferentes formas de compreender os fenômenos e suas origens (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUIDANI, 2009).

Como procedimentos, realizou-se levantamentos sobre as instituições de cada país envolvido na avaliação da pós-graduação, reunindo documentos que descrevem os processos avaliativos. As informações agrupadas indicam a complexidade na qual o tema da avaliação está inscrito. Decorrente desses dados, focaliza-se, neste texto, algumas características a serem comparadas com a realidade brasileira, no intuito de contribuir no debate sobre as tendências de desenvolvimento das políticas de avaliação da pós-graduação na América Latina. Assim, propõe focalizar os marcos referenciais de avaliação de cada país, as instituições, as modalidades de pós-graduação, as principais variáveis de avaliação e a periodicidade.

Delineado a focalização, segue-se para o próximo tópico, informando sobre a avaliação da pós-graduação em cada país selecionado para o estudo.

3 AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A educação superior na América Latina sofreu grandes transformações nas últimas décadas, impulsionada pelas mudanças econômicas e políticas dos países. Como consequência houve a expansão do sistema, a ampliação do acesso e o surgimento de novas instituições (públicas e privadas). Ressalta-se que o crescimento da oferta de cursos superiores ocorreu com baixa regulação, levando ao aumento da preocupação dos países com a qualidade dos cursos oferecidos (AUIP, 2002; BARREYRO e LAGORIA, 2010).



A intensa globalização e a tendência de internacionalização da educação superior também explicitaram a urgência de se impor níveis de qualidade verificáveis, em especial, para os cursos de pós-graduação. Dado o crescente inter-relacionamento entre países surgiram necessidades como o estabelecimento de critérios de homologação de títulos e diplomas (AUIP, 2002; DIAS SOBRINHO e DIAS, 2006). Ademais com o vasto número de instituições superiores despertou-se o interesse dos alunos sobre dados e especificações acerca da qualidade da instituição em que ingressariam, levando as universidades a disponibilizar evidências de sua excelência (AUIP, 2002).

Nesse contexto de expansão da educação superior na América Latina e da demanda por padrões de qualidade, diversos países desenvolveram políticas de avaliação (BARREYRO e LAGORIA, 2010). Entretanto, verifica-se que os marcos regulatórios e estudos sobre a educação superior, em especial a pós-graduação (temática deste trabalho), iniciaram-se em anos distintos a depender do contexto do país.

Assim, explorando a história dos trabalhos sobre avaliação da pós-graduação no grupo de países estudados (Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e México), destacamos o Brasil como país precursor, uma vez que a avaliação de programas de pós-graduação brasileira é a mais antiga, iniciada em 1976 (CAPES, c2019). O México realizou a primeira avaliação dos programas de pós-graduação (utilizando as categorias de aprovado, condicionado e emergente) apenas em 1991 (GARCÍA, 2009). Os marcos regulatórios relacionados à avaliação da Colômbia e Argentina também datam dos anos 90. Na Colômbia a Lei nº 30, de 1992 organizou o serviço público de educação superior (COLÔMBIA, 1992) e na Argentina a Lei nº 24.521 de Educação Superior de 1995 regulou o sistema (ARGENTINA, 1995). A Costa Rica por sua vez é o país que possui a referência mais recente, instituindo o Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior (SINAES) somente em 2002, por meio da Lei nº 8.256 (COSTA RICA, 2002).



Assim, observa-se que a convicção da importância da avaliação associada aos propósitos de melhoria contínua da educação ganha progressivamente aderência entre os países da América Latina, em articulação com a afirmação de que o progresso científico é fundamental para o desenvolvimento econômico e social. Com isso, atualmente, todos os países consultados possuem ações de avaliação da pós-graduação, sendo necessário atentar para as particularidades de cada contexto investigado.

Devido às diferenças acadêmicas, administrativas e jurídicas, o planejamento e a execução das ações de avaliação da pós-graduação são realizadas por diferentes instituições, a depender do país: órgãos, conselhos, ministérios, etc. Segue no quadro 1 a relação das principais instituições envolvidas na avaliação por país.

Quadro 1 - Instituições envolvidas na avaliação

Instituições		
Sigla	Nome	País
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Brasil
CONEAU	Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária	Argentina
CONACES	Comissão Nacional de Asseguramento da Qualidade da Educação Superior	Colômbia
CNA	Conselho Nacional de Acreditação	Colômbia
SINAES	Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior	Costa Rica
CIEES	Comitê Interinstitucional para a Avaliação da Educação Superior	México
CONACYT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	México

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Para interpretar as diferentes ações de avaliação da pós-graduação por país, se faz necessário examinar as modalidades de pós-graduação existentes. Segue no quadro 2 os níveis de pós-graduação por país de estudo.



Quadro 2 - Níveis de pós-graduação

Brasil	Argentina	Colômbia
Especialização Mestrado Profissional Mestrado Acadêmico Doutorado	Especialização Mestrado Profissional Mestrado Acadêmico Doutorado	Especialização Mestrado Doutorado
Costa Rica	México	
Especialização Mestrado Profissional Mestrado Acadêmico Doutorado	Especialização com orientação a investigação Mestrado com orientação a investigação Doutorado com orientação a investigação Especialização com orientação profissional Mestrado com orientação profissional Doutorado com orientação profissional	

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Observa-se que as modalidades de pós-graduação são variáveis de acordo com o país, sendo que os níveis de especialização, mestrado e doutorado se apresentam como os mais comuns. Cabe destacar também o mestrado profissional, com perfil diferenciado dos tradicionais mestrados acadêmicos. De maneira geral, seus objetivos se vinculam ao setor produtivo e tecnológico dos países, frequentemente voltados à capacitação de profissionais em técnicas, processos ou temáticas que atendam ao mercado (AUIP, 2002; CAPES, 2014). Nota-se que esse nível de pós-graduação é encontrado em todos os países estudados. Sendo o México o único país que apresenta a categoria profissional também para os níveis de especialização e doutorado. É interessante recordar que no Brasil, o mestrado profissional é recente, sendo reconhecido a partir de 1998 (FIALHO e HETKOWSKI, 2017).

Relacionando as modalidades de pós-graduação com o processo de avaliação de cada país verifica-se que todos avaliam os níveis de mestrado e de doutorado. Entretanto este consenso não ocorre no nível de especialização. No Brasil, por exemplo, os cursos de especialização não são avaliados. Na Costa Rica, não se encontra menção à avaliação de cursos de especialização na página oficial da *internet* do Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior



(SINAES). Na Colômbia, a avaliação de cursos de especialização ocorre primordialmente para as áreas médicas (MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL, 2010). Somente na Argentina e no México os órgãos reguladores informam que os cursos de especialização são constantemente avaliados (CONEAU, 2017; CONACYT, 2015).

Assim, contextualizado a pós-graduação na América Latina, com atenção aos órgãos normativos de avaliação que acompanham as modalidades dos cursos em cada país, no próximo tópico focaliza-se a dinâmica de desenvolvimento da avaliação buscando evidenciar as singularidades de cada país.

4 DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Para cotejar os sistemas de avaliação da pós-graduação na América Latina cumpre observar que a avaliação é uma atividade complexa que envolve diversas variáveis, gerando impactos internos e externos aos programas e, mormente, está associada à destinação de investimentos. Objetivando compreender as diferenças e semelhanças entre os processos de avaliação de cada país, apresenta-se dados sobre seu funcionamento, evidenciando características marcantes.

No Brasil, a instituição responsável por certificar a qualidade da pós-graduação é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esta agência realiza a Avaliação das Propostas de Cursos Novos (APCN) e a avaliação periódica de permanência de todos os programas regulares. Para a implantação de um novo curso de pós-graduação as instituições de ensino superior submetem propostas ao processo de APCN, que possui várias fases. Destaca-se como principais fases a de verificação dos documentos apresentados e a de análise do mérito realizada por uma comissão formada por profissionais de reconhecida competência técnica e científica. Após investigações técnicas e administrativas o novo curso recebe o *status* de “aprovado” ou “não aprovado”. A



APCN é a primeira certificação da qualidade da pós-graduação brasileira (CAPES, 2019).

Já a avaliação periódica de permanência é realizada de 4 em 4 anos para todos os cursos de mestrado e doutorado em andamento, em vinculação com a assertiva de garantir a melhoria contínua da qualidade. Os programas de pós-graduação inserem anualmente informações relacionadas ao desempenho do programa em uma plataforma *on-line* gerenciada pela CAPES. Estas informações dão origem a relatórios que são avaliados por comissões formadas por profissionais de reconhecida competência técnica e científica, que analisam a evolução dos programas de pós-graduação. Após todo o processo de avaliação, que envolve diversas etapas, os programas recebem notas que variam de 1 a 7. Programas com notas muito baixas são desativados e programas com notas superiores têm tratamento distintivo, sobretudo, na gestão de recursos (CAPES, 2018).

Na Argentina, assim como no Brasil, a avaliação dos cursos de pós-graduação é obrigatória. O organismo responsável por conduzir o processo de avaliação é a Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária (CONEAU), que periodicamente lança convocatórias para acreditação de cursos novos e em andamento. A avaliação dos cursos de pós-graduação é realização por pares de reconhecido conhecimento acadêmico e ao final os cursos são categorizados em A, B ou C de acordo com sua qualidade acadêmica (CONEAU, 2017).

A Colômbia possui um sistema de avaliação, também vinculado à garantia da qualidade da educação superior, composto por duas etapas. A primeira etapa exige que os programas acadêmicos oferecidos pelas instituições de educação superior tenham um “Registro Qualificado”. Esse registro é outorgado pelo Ministério da Educação Nacional, com base em uma avaliação operada pela Comissão Nacional de Asseguramento da Qualidade da Educação Superior (CONACES). A avaliação é realizada por pares acadêmicos e busca garantir que os programas ofertados tenham condições mínimas de qualidade. Em uma segunda



etapa as instituições colombianas podem voluntariamente solicitar a “Acreditação de Alta Qualidade”, instrumento por meio do qual o Estado atesta a alta qualidade dos programas de educação superior. Para ter a “Acreditação de Alta Qualidade”, os programas passam por uma avaliação conduzida pelo Conselho Nacional de Acreditação (CNA), com base na recomendação do CNA e o Ministério da Educação outorga a acreditação (CNA, 2010).

Na Costa Rica, os cursos ou programas para funcionarem necessitam de uma autorização que é homologada por diferentes conselhos a depender do *status* jurídico da instituição. O Conselho Nacional de Reitores (CONARE) é o responsável por aprovar os cursos ou programas provenientes de universidades estatais e o Conselho Nacional de Ensino Superior Universitário Privado (CONESUP) regula os oriundos de universidades privadas. Posteriormente, os programas podem voluntariamente se submeter ao Sistema Nacional de Acreditação da Educação Superior (SINAES), órgão oficial de acreditação da educação superior. O SINAES conduz um processo avaliativo do programa com fins de certificação de sua qualidade, marcando o objetivo de assegurar a busca constante pela excelência acadêmica (SINAES, 2012).

O México dispõe de um Programa Nacional de Pós-Graduação de Qualidade (PNPC), política pública de fomento à qualidade da pós-graduação conduzida pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT). As instituições de educação superior podem solicitar o registro de seus programas de pós-graduação no PNPC. O ingresso no PNPC reconhece a qualidade do programa de pós-graduação, com base em um processo de avaliação gerido por um comitê de pares. Tanto programas novos quanto os em andamento que desejarem renovar sua vigência podem se submeter as convocatórias anunciadas pelo CONACYT (CONACYT, 2019).

Portanto, todos os países estudados conduzem processos avaliativos ambicionando manter um padrão de qualidade de seus programas de pós-graduação. Algumas avaliações são obrigatórias, outras voluntárias, não havendo



um padrão definido na América Latina. No quadro 3 resume-se o caráter voluntário ou impositivo das avaliações

Quadro 3 – Caráter da Avaliação

País	Avaliação
Brasil	Obrigatória
Argentina	Obrigatória
Colômbia	Voluntária
Costa Rica	Voluntária
México	Voluntária

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Os processos de avaliação estudados seguem uma série de padrões e normas desenvolvidos por país, por meio do qual buscam valorar a qualidade dos programas de pós-graduação. No quadro 4 sintetiza-se as principais variáveis usadas.

Quadro 4 – Padrões de Avaliação

Variáveis do Processo de Avaliação		
Brasil	Argentina	Colômbia
Proposta do Programa Corpo Docente Corpo Discente Teses e Dissertações Produção Intelectual Inserção Social	Inserção e marco institucional Plano de estudos Corpo docente Estudantes Avaliação final Regulamento Infraestrutura, equipamentos e recursos financeiros	Cumprimento com os objetivos do programa e coerência com a visão e missão da universidade Estudantes Professores - Pesquisadores Processos acadêmicos Diretrizes curriculares Pesquisa, geração de conhecimento Produção artística Extensão universitária Internacionalização Bem-estar e ambiente institucional Graduados e análise de Impacto Recursos físicos Gestão administrativa e financeira
Costa Rica	México	
Admissibilidade	Compromisso institucional	



Relação de contexto	Estrutura e equipe acadêmica
Recursos	Estudantes
Processo educativo	Resultados e vinculação
Resultados	Plano de Melhoria
Sustentabilidade	

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Ao analisar os principais quesitos dos processos avaliativos dos países estudados, é possível apurar algumas similaridades. Todos os países investigam questões relacionados ao corpo docente e discente para valorarem a qualidade do curso. A maioria considera temas correlatos ao quesito infraestrutura como parte da avaliação, item não utilizado na avaliação brasileira. Como era esperado, devido as peculiaridades de cada país, alguns quesitos são específicos de um ou poucos países como: inserção social (Brasil), marco institucional (Argentina) e gestão administrativa (Colômbia).

Outra importante característica a ser considerada é como ocorre a condução do processo de avaliação. Nessa categoria, os dados do estudo informam duas fases, como as mais comuns entre os países. A primeira é a utilização da avaliação por pares de reconhecida credibilidade como parte do processo, todos os países consultados optaram por esse tipo de condução. Os pares são os responsáveis por analisar se os programas atendem aos padrões de qualidade estabelecidos. A segunda é a fase de autoavaliação, usada por quase todos os países, com exceção do Brasil que não tem esta previsão.

Ao final do todas as fases dos processos avaliativos, os países atestam a qualidade de seus programas. Cada país utiliza uma diferente nomenclatura para a qualificação, o Brasil homologa notas de 1 a 7, a Argentina conceitos (A, B, C), Colômbia, Costa Rica e México utilizam apenas índices qualitativos. No quadro 5 apresenta-se as escalas usada por cada país de estudo.



Quadro 5 – Escalas de Avaliação

Brasil	Argentina	Colômbia	Costa Rica	México
Excelente (Nota 6 e 7)	Excelente (A)	Acreditado	Acreditado	Aprovado
Muito Bom (Nota 4 e 5)	Muito Bom (B)			Aprovado Com Observações Em Condição
Bom (Nota 3)	Bom (C)			Não Acreditado
Não Recomendado (Nota 1 e 2)				

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

No que se refere à periodicidade do processo de avaliação da pós-graduação por país, não se encontra uma uniformidade entre o grupo de países estudados. Cada nação possui um prazo entre avaliações distinto, provavelmente devido as especificidades históricas, culturais e administrativas em que os processos de avaliação se desenvolveram.

No Brasil, os programas de pós-graduação são avaliados obrigatoriamente de 4 em 4 anos (CAPES, c2019). Ao passo que na Argentina a primeira acreditação é concedida aos programas de pós-graduação por 3 anos e a reacreditação é homologada por 3 anos ou 6 anos se o programa tiver discentes formados (CONEAU, 2017). Na Colômbia, a acreditação é concedida por 4, 6, 8 ou 10 anos segundo os critérios do conselho avaliativo (CESU, 2006). Na Costa Rica, a primeira acreditação é comumente outorgada por 4 anos, mas pode ser concedida por menor período, enquanto que a reacreditação pode ser outorgada por até 8 anos (SINAES, 2019). No México, a acreditação é fornecida por até 5 anos, a depender do atendimento dos padrões de qualidade exigidos (CONACYT, 2016). No quadro 6 apresenta-se um resumo da periodicidade de avaliação por país.



Quadro 6 - Periodicidade Avaliação

País	Periodicidade
Brasil	Avaliações de 4 em 4 anos
Argentina	1º Acreditação de 3 anos e Reacreditação de 3 ou 6 anos
Colômbia	Acreditação de 4,6,8 ou 10 anos
Costa Rica	1º Acreditação de até 4 anos e Reacreditação de até 8 anos
México	Acreditação até 5 anos

Fonte: Informação adaptada de CAPES, CONEAU, CNA, SINAES e CONACYT, 2019.

Assim, com a apresentação dos dados relativos à dinâmica de desenvolvimento da avaliação da pós-graduação é possível tentar para as peculiaridades dos vários modelos avaliativos presentes no contexto da América Latina, com destaque para o caso brasileiro. No conjunto, destaca-se a finalidade de fomentar avanços e atestar a qualidade dos programas de pós-graduação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No objetivo de cotejar sistemas de avaliação da pós-graduação na América Latina, buscou-se elementos associados à compulsoriedade, parametrização, condução e periodicidade do processo, a partir das informações disponibilizadas nos sites institucionais dos países estudados. Com o conjunto de dados reunidos no estudo, observa-se uma variedade de modelos de avaliação e acreditação da pós-graduação na América Latina. Por óbvio, essa observação se justifica na vinculação de cada modelo às necessidades e demandas locais, evidenciando os pressupostos que marcam cada contexto. Nesse sentido, não se trata de fazer juízo de valor entre eles ou de se estabelecer métricas de efetividade. As análises comparativas efetivadas neste estudo visam a situar o Brasil no contexto da América Latina, observando os processos de desenvolvimento da avaliação da pós-graduação.

Nesse propósito, evidencia-se a tendência de impor níveis de qualidade verificáveis da educação superior, em especial, para os cursos de pós-graduação.



Com isso, ainda que não seja escopo deste estudo, cabe assinalar a emergência de questionamentos abarcando objetivos, metas, normativas, implementação, impactos, vinculações e outros elementos que, por caminhos diversos, indagam o valor social da educação (HORTA, 2006; FURTADO e HOSTINS, 2014; NETTO, 2018 e outros). De todo modo, com as análises, constata-se que, em relação ao caráter de compulsoriedade, alguns países têm sistemas de avaliação da pós-graduação obrigatórios (Brasil e Argentina) e outros voluntários (Colômbia, Costa Rica e México). No que tange à parametrização, as variáveis de avaliação comuns a todos os países são corpo docente e corpo discente. A escala avaliativa pode ser quantitativa (Brasil) ou qualitativa (Argentina, Colômbia, Costa Rica e México). Quanto a processo de avaliação, destaca-se a realização por pares acadêmicos de reconhecida competência, sendo que quase todos os países, com exceção do Brasil, incluem em seus processos avaliativos uma etapa de autoavaliação. Relativo à periodicidade da avaliação, constatou-se uma oscilação entre os países, variando de 3 a 10 anos.

Assim, com este estudo, destaca-se que todos os países pesquisados possuem políticas de avaliação, com legislações, normas e procedimentos sobre o processo. Todos os modelos avaliativos registram o propósito de atestar a qualidade dos programas de pós-graduação e o anseio por fomentar a melhoria contínua, mantendo aceso o debate sobre os processos de indução e garantia da qualidade da educação, em especial, na pós-graduação.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, S. H. D. Los sistemas de evaluación de la calidad del posgrado em América Latina: Similitudes y diferencias con el sistema ecuatoriano. **YACHANA Revista Científica**, v. 4, n. 2, p. 48-61, 2015.

ARGENTINA. **Ley n° 24.521, 20 de Julio de 1995**. Disposiciones preliminares. Educación Superior. Educación superior no universitaria. Educación superior universitaria. Disposiciones complementarias y transitorias. Disponível em: <<http://www.secgral.unsl.edu.ar/wp-content/uploads/docs/Ley-24521-de-Educacion-Superior.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2019.



ARGENTINA. Ministerio de Cultura y Educación. **Desarrollo y acreditación de los posgrados em Argentina, Brasil y México.** Buenos Aires: Serie Nuevas Tendencias, 1998. 1. ed.

AUIP - Asociación Universitaria Iberoamericana de Posgrado. **Gestión de la Calidad del Postgrado en Iberoamérica. Experiencias Nacionales.** Salamanca: Ediciones AUIP, 2002.

BARREYRO, G. B.; LAGORIA, S. L. Acreditação da Educação Superior na América Latina: os casos da Argentina e do Brasil no contexto do Mercosul. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 9, v. 1, p. 7-27, 2010.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Mestrado Profissional: o que é?**. Brasília, 01 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre Avaliação de Cursos.** Brasília, c2019. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **CAPES ajusta processos de entrada e permanência de programas de pós-graduação.** Brasília, 17 de ago. 2018. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/36-noticias/8999-capes-ajusta-processos-de-entrada-e-permanencia-de-programas-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **InfoCAPES.** APCN 2019. Brasília, 08 de jun. de 2019. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/infocapes/008-junho-2019/>>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

CESU – Consejo Nacional de Educación Superior. **Acuerdo N°.02 de 2006.** Colômbia, 01 dez. 2006. Disponível em:<https://www.cna.gov.co/1741/articles-186370_acuerdo_cesu_0206.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

CNA – Consejo Nacional de Acreditación. **Lineamientos para la acreditación de alta calidad de programas de maestría y doctorado.** Bogotá, 2010. Disponível em:<<https://www.cna.gov.co/1741/article-186363.html>>. Acesso em: 08 out. 2019.



CONEAU – Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria.

Ordenanza N° 65. Aprobar los procedimientos para la acreditación de carreras de posgrado en funcionamiento. Buenos Aires, 14 de dez. de 2017.

Disponível em:<<https://www.coneau.gov.ar/archivos/ordenanzas/Orde065.pdf>>.

Acesso em: 08 out. 2019.

COSTA RICA. **Ley n° 8256, de 17 de mayo de 2002.** Ley del sistema nacional de acreditación da educación superior (SINAES). Disponível em:<

http://www.documentos.una.ac.cr/bitstream/handle/unadocs/6055/ley_8256.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 out. 2019.

COLÔMBIA. **Ley n° 30, de Diciembre 28 de 1992.** Por el cual se organiza el servicio público de la educación superior. Disponível em:<

https://www.cna.gov.co/1741/articles-186370_ley_3092.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

CONACYT – Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia. **Programa nacional de posgrados de calidad (PNPC). Marco de referencia para la evaluación y seguimiento de programas de posgrado presenciales.** Cidade do México, 2015.

Disponível em:<<https://www.uv.mx/posgrado/files/2012/11/MARCO-DE-REFERENCIA-PNPC-V6.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2019.

CONACYT – Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia. **Programa nacional de posgrados de calidad (PNPC). Convocatoria 2016. Programas de Renovación.** Cidade do México, 2016. Disponível

em:<http://www.uqroo.mx/convocatorias/944/archivos/Convocatoria_PNPC_2016_Programas_Renovacion.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

CONACYT – Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia. **Programa nacional de posgrados de calidad.** Cidade do México, 2019. Disponível em:<

<https://www.conacyt.gob.mx/index.php/becas-y-posgrados/programa-nacional-de-posgrados-de-calidad>>. Acesso em: 08 out. 2019.

DAVOK, D. F. Qualidade em Educação. **Avaliação.** Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 3, p. 505-513, 2007.

DIAS SOBRINHO, J.; DIAS, R. B. Acreditação da Educação Superior e C&T: política e ideologia. **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, v. 11, n. 4, p. 9-25, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. **EccoS – Revista Científica.** São Paulo, v. 10, n. ESPECIAL, p. 67-93, 2008.



FIALHO, H. N.; HETKOWSKI, T. M. Mestrados profissionais em educação: novas perspectivas da pós-graduação no cenário brasileiro. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 63, p. 19-34, 2017.

FURTADO, H. L.; HORTINS, R. C. L. Avaliação da pós-graduação no Brasil. **Rev. educ. PUC-Camp**. Campinas, p. 15-23, 2014.

GARCÍA, J. R. G. Las políticas y los programas de posgrado en México. Una dinámica de contrastes entre 1988 y 2008. **Sociológica**. México, v. 24, n. 70, p. 153-174, 2009.

HORTA, J. S. B. Avaliação da Pós-graduação: com a palavra os Coordenadores de Programas. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 19-47, 2006.

JÚNIOR, V. P. A.; CATANI, A. M. Algumas Características das Políticas de Acreditação e Avaliação da Educação Superior da Colômbia: Interfaces com o Brasil. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 561-582, 2009.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN NACIONAL. **DECRETO N° 1295, 20 de abril de 2010**. Por el cual se reglamenta el registro calificado de que trata la Ley 1188 de 2008 y la oferta y desarrollo de programas académicos de educación superior. Disponível em: <https://www.mineducacion.gov.co/1621/articles-229430_archivo_pdf_decreto1295.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

NETTO, C. A. Princípios para um novo modelo de avaliação da pós-graduação. **SBPC 70 anos**, p. 48-51, 2018.

RIACES - Red Iberoamerica para la acreditación de la calidad de la educación superior. Glosario Internacional RIACES de evaluación de la calidad y acreditación. **RIACES**, p. 1-43, 2017. Disponível em: <<http://www.riaces.org/v1/index.php/servicios/glosario-riaces>>. Acesso em: 08 out. 2019.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, v. 1, p. 1-15, 2009.

SINAES – Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior. **Manual de Acreditación Oficial de Programas de Posgrado del Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior de Costa Rica**. Costa Rica, fev. de 2012. Disponível em: <https://www.sinaes.ac.cr/documentos/Manual_de_Acreditacion_Oficial_de_Programas_de_Posgrado.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.



SINAES – Sistema Nacional de Acreditación de la Educación Superior. **Preguntas Frecuentes**. Costa Rica, 29 ago. de 2019. Disponível em:< <https://www.sinaes.ac.cr/index.php/preguntas-frecuentes>>. Acesso em: 08 out. 2019.

TEDESCO, A. L.; REBELATTO, D. M. B. Qualidade Social da Educação: um debate em aberto. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p.173-197, 2015.

Recebido em: 30-10-2019

Aceito em: 25-03-2021

